

**CONTRATO CEDAE Nº 055/2018
(DE) QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS
E ESGOTOS - CEDAE e a AVS
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
LTDA., na forma abaixo:**

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, seu Diretor Presidente, Sr. **JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**, e seu Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. **MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU**, doravante denominada **CEDAE** e a empresa **AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, com sede no Trecho 05, Conjunto 04, Lote 07/08 - POLO JK - CEP: 72.549-550 Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 02.786.562/0001-38, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. **ANTONIO VENÂNCIO DA SILVA JUNIOR**, cédula de identidade nº FS473010 (DPF/DF) e CPF/MF nº 226.037.271-68, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no **processo administrativo nº E-07/100.265/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 316/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MEDIDORES TIPO VOLUMÉTRICO, PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIÇÃO DA CEDAE"**, item 01 do Anexo II do Edital.

Item	Descrição	Quantidade (UM)
01	HIDRÔMETRO VOLUMÉTRICO, CLASSE C, COM DIÂMETRO DE $\frac{3}{4}$ E VAZÃO MÁXIMA DE 3M ³ /H.	15.000

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE



Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **316/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33.90.30.10
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110220
Centro de Custos: DE00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000520

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 1.361.100,00 (Hum milhão, trezentos e sessenta e um mil e cem reais)**.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO
01	15.000	HIDRÔMETRO VOLUMÉTRICO, CLASSE C, COM DIÂMETRO DE $\frac{3}{4}$ E VAZÃO MÁXIMA DE 3M ³ /H.	R\$ 90,74
VALOR TOTAL:			R\$ 1.361.100,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou

defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 1.361.100,00 (Um milhão, trezentos e sessenta e um mil e cem reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento, de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela

Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor superior a **R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à CONTRATADA formular tal solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a CONTRATADA desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O atraso da CONTRATADA em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CEDAE se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO



A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

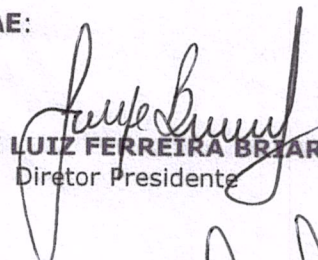
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

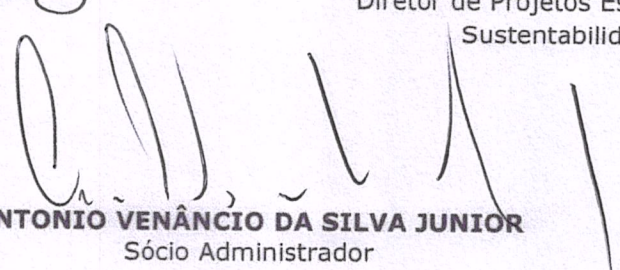
Rio de Janeiro, 04 de maio de 2018.

Pela **CEDAE**:

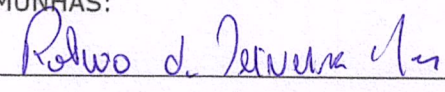

JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU
Diretor de Projetos Estratégicos e
Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA JUNIOR
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

- 1) 
2) _____

Ref. Contr-AVS-EXPORTAÇÃO-aquisição-hidrometros-PE-316-2018

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/03/2018

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F, como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F, LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro D, como membros titulares e OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Auxiliar de Apoio Administrativo, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MONOJATO PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-07/100.265/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.076/2018.

Id: 2105669

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 06/04/2018

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F, como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F, LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro D, como membros titulares e OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Auxiliar de Apoio Administrativo, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO

DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MONOJATO PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE, de que trata o Processo E-07/100.261/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.090/2018.

Id: 2105668

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/03/2018

DESIGNA MARIA DA GLÓRIA DA CONCEIÇÃO BENETTI, Técnico Contabilidade II, como Presidente, FÁBIO LUIS FERREIRA DA PAZ, Assessor Técnico, GIOVANI CARDOSO DE FREITAS Agente de Saneamento H e FERNANDA DA SILVA PACHECO SILVA, Contador B, como membros titulares e MARCELO MENEZES DE MIRANDA SANTOS, Contador B, como membro suplente, Gerente do Contrato PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo B e MARCO ANTONIO DE ANDRADE RODRIGUES, Agente Administrativo B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado ao "CONTRATO DE LOCAÇÃO SITUADO À RUA PRESIDENTE SODRE, Nº 08-A - LAJE DO MURIAE - RJ", de que trata o Processo nº E-07/700.671/2004, Ordem de Serviço "E" nº 15.095/2018.

*Omitido no D.O. de 02/04/2018.

Id: 2105671

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 04/05/2018

PROCESSO Nº E-07/100.419/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 324/2018 (ASL-DP), realizado em 28/03/2018.

Id: 2105821

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 10/05/2018

PROCESSO Nº E-17/100.399/2016 - HOMOLOGO a licitação por Concorrência Nacional CN 005/2017 (ASL-DP), realizada em 1ª sessão 30/10/2017, 2ª sessão 08/01/2018 e 3ª sessão 11/04/2018.

Id: 2105780

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 04/05/2018

PROCESSO Nº E-07/100.741/2017 - HOMOLOGO a licitação por Tomada de Preços TP - 103/2018 - ASL-1.1, realizada em 1ª sessão: 25/04/2018 e 2ª sessão: 26/04/2018.

Id: 2105822

Denúncias, Dúvidas ou Informações

Disque Idoso 2334-5500



GOVERNO DO
Rio de
Janeiro

PERTO DE VOCÊ

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
E POLÍTICAS PARA MULHERES
E IDOSOS



Curta e siga nossas páginas [fb.com/direitoshumanosrj](https://www.facebook.com/direitoshumanosrj) [@DirHumanosRio](https://twitter.com/DirHumanosRio)



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

documento
assinado
digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 12 de Maio de 2018 às 00:29:10 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

balho encontram-se dentro das especificações pertinentes ao atendimento dos assistidos.
A Dispensa do chamamento fundamenta-se no inciso VI, art. 30, combinado com o art. 33, da Lei Federal nº 13.019/2014, parágrafo 2º, do art. 8º do Decreto Estadual nº 44.879, de 15/07/2014.
DA IMPUGNAÇÃO À JUSTIFICATIVA: Conforme §§ 1º, 2º e 3º, art. 32, da Lei nº 13.019/2014, registre-se que, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, a justificativa poderá ser impugnada.
DATA DE ASSINATURA: 09/05/2018.

Id: 2105913

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso s/nº **PARTES:** UERJ e Heleno Paulo da Silva **OBJETO:** Prorrogação de Prazo por 06 (seis) anos da Permissão de Uso do imóvel situado na Rua Pernambuco, casa 01 - Vila Dois Rios - Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ **VALOR:** Sem ônus, conforme Cláusula Quinta do Termo de Cessão nº 21/194 celebrado entre o Estado e a UERJ **DATA DA ASSINATURA:** 09/05/2018 **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo UERJ nº 3652/2001.

Id: 2105574

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

A UERJ torna público que fará realizar no dia 29/05/2018, às 10 horas, no Auditório da DAF, Rua São Francisco Xavier, nº 524 - Sala 2.105 - 2º andar - Bloco F, contratação de Empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÍNUO DE APOIO A PROJETOS, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, sistemas de expansão indireta e direta de condicionadores de ar, de câmaras frigoríficas e mortuárias do complexo HUPE e PPC com fornecimento de material, mão de obra especializada e operacional. Processo UERJ nº E-26/008/362/2018.
Em conformidade com os Decretos nºs 45.109/2015 e 45.680/2016. Edital e anexos estão à disposição nos sites: www.compras.rj.gov.br e www.daf.uerj.br.

Id: 2105340

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

EXTRATO DE TERMO

"INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica
PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e o Município de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ
OBJETO: Oferta de cursos de Qualificação Profissional nas áreas de idiomas, informática, gestão e serviços, em espaço disponibilizado no Município de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, pela Prefeitura.
DATA DE ASSINATURA: 02/03/2018
PRAZO: 05(cinco) anos, contados da data de sua publicação.
VALOR: Sem ônus
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 287/79, Decreto nº 41.528/08.
GERENTE DO CONVÊNIO: Rodolfo Albuquerque dos Santos
Identidade Funcional: 4329398-0
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº E-26/005/485/2018
*Omitido no D.O. de 06/03/2018.

Id: 2105691

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIAIS
AVISO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia 01 de junho de 2018, às 10h00min, no diário do CADEG, situado AVENIDA TREZE DE MAIO Nº 47/903 - Rio de Janeiro, realizará leilão DT24.18 na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 032. A cópia do edital poderá ser consultada através do site www.detroj.rj.gov.br.

Id: 2105819

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato SEA nº 12/2014. **PARTES:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA E O CONSORCIO NORTE NOROESTE FLUMINENSE. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Rescisão Unilateral do Contrato nº 12/2014 - SEA. **DATA DE ASSINATURA:** 11 de maio de 2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art.78, inciso XVII, c/c o artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO** Nº E-07/441/2012.

Id: 2105871

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO SUPBGEAI/00150105

NOME: Maria Celina Palhares Salgado Hampshire. **CNPJ/CPF** Nº: 025.918.27-60. **ENDEREÇO:** Rodovia BR-101,5 KM 116,5 - Condomínio Ilha do Jorge, Lote 22-B - Brachy. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis. **PENALIDADE:** R\$ 1.315,92. **PROCESSO** Nº E-07/102.119/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO SUPBGEAI/00150020

NOME: Adry Vieira da Silva. **CNPJ/CPF** Nº: 008.258.197-42. **ENDEREÇO:** Praia de Mambucaba, Ilha de Paraty. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Paraty. **PENALIDADE:** R\$ 9.900,00. **PROCESSO** Nº E-07/506083/2011.

AUTO DE INFRAÇÃO SUPBGEAI/00150106

NOME: Antônio Luiz Correia da Frota. **CNPJ/CPF** Nº: 719.246.807-00. **ENDEREÇO:** Rua Dr. Moura Nobre Nº105 - Itanhangá. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Rio de Janeiro. **PENALIDADE:** R\$ 33.000,00. **PROCESSO** Nº E-07/511586/2010.

AUTO DE INFRAÇÃO SUPMAEAI/00150071

NOME: Foxoil do Brasil LTDA. **CNPJ/CPF** Nº: 04.421.743/0001-96. **ENDEREÇO:** Rua Lady Esteves da Conceição, S/N - Lotes 11/12 - Quadra Z, Novo Cavaleiros. **INFRAÇÃO:** Art. 95 C/C o Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Macaé. **PENALIDADE:** R\$ 6.341,12. **PROCESSO** Nº E-07/002.11339/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO SUPMAEAI/00150068

NOME: Smart Express Transportes Eireli. **CNPJ/CPF** Nº: 12.103.225/0001-52. **ENDEREÇO:** Rua Arinda Nogueira (W-Sete), Nº

229, Botafogo. **INFRAÇÃO:** Art. 76, 81 e 85 C/C o Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Macaé. **PENALIDADE:** R\$ 59.965,91. **PROCESSO** Nº E-07/002.5475/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00150040

NOME: CCJ Extração e Mineração EIRELI - ME **CNPJ/CPF** Nº: 27.383480/0001-73. **ENDEREÇO:** Fazenda samambala s/nº. **MUNICÍPIO:** São Francisco do Itabapoana. **INFRAÇÃO:** Artigo 85 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 10.271,80. **PROCESSO:** E-07/002.13508/2017.

Id: 2105866

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 054/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MONOJATO, PARA A UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 5.906.800,00 (cinco milhões, novecentos e seis mil e oitocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.261/2017 (Pregão Eletrônico nº 320/2018).

Id: 2105672

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 055/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDIDORES TIPO VOLUMÉTRICO, PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE, Item 01 do Anexo II do Edital.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 1.361.100,00 (hum milhão, trezentos e sessenta e um mil e cem reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.265/2017 (Pregão Eletrônico nº 316/2018).

Id: 2105673

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 052/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a SUMATEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, itens 01 e 02, conforme Termo de Referência, Anexo III do Edital.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 172.128,00 (cento e setenta e dois mil cento e vinte e oito reais).
DATA DE ASSINATURA: 27/04/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.300/2017 (Pregão Eletrônico nº 353/2017).

Id: 2105674

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

"INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 145/2017 (DF).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e o Sr. WOLMAR ROCHA PEREIRA.
OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO À RUA PRESIDENTE SODRÉ, 08-A, CENTRO, LAJE DE MURIAE, DE PROPRIEDADE DO

LOCADOR, PARA A INSTALAÇÃO DE LOJA COMERCIAL DA CE-DAE.
PRAZO: 60 (sessenta) meses.
VALOR GLOBAL: R\$ 99.449,20 (noventa e nove mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).
DATA DE ASSINATURA: 29/03/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/700.671/2004 (DL nº 001/2018 - DF).
*Omitido no D.O. de 02/04/2018.

Id: 2105675

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 030/2017 (DF).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a BAUMINAS QUÍMICA S/A.
OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR: Sem alteração do valor contratado.
DATA DA ASSINATURA: 29/03/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.224/2016 (PE nº 005/2017 - ASL-DP).
*Omitido no D.O. de 02/04/2018.
**Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 17/04/2018.

Id: 2105676

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 127/2017 (DF).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDA ELÉTRICA S/A - EB-SE.
OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR: Sem alteração do valor contratual.
DATA DA ASSINATURA: 04/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.322/2014 (Pregão Eletrônico nº 021/2017).

Id: 2105677

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 331/2018 - ASL-DP
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM DO SITE DA CEDAE
DATA DA ETAPA DE LANCES: 25/05/2018 **HORÁRIO:** 11 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 89.740,80
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2105797

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

"O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, torna público o resultado da Média Final da Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, no período de 27/06/2014 a 22/01/2018, dos servidores, abaixo relacionados, aprovados e aptos para aquisição da estabilidade, analisado pela Comissão designada pela Portaria FIPERJ nº 24, de 06/10/2017, publicada no D.O. de 11/10/2017. Fica estipulado o prazo de 05(cinco) dias úteis para interposição de recursos.

MÉDIA DA AVALIAÇÃO

Id. Funcional	Nome	Cargo	1º AV	2º AV	3º AV	4º AV	MÉDIA AV
4431477-9	Filipi Pereira Soares	Extensionista	36	36	43	38	39,50
5036347-6	Luana Prestrelo Palmeira	Analista Rec Pes	42	42	42	42	42,00
4465494-4	Jacqueline C. de Oliveira Xavier	Analista Rec Pes	43	43	43	42	42,75

*Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 10/05/2018.

Id: 2105810

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO torna pública que será realizada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico abaixo:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018 - LICITAÇÃO NO PORTAL SIGA Nº 21417.
DIA: 24/05/2018 - **HORÁRIO:** 12:00h.
TIPO: Menor Preço Global.
OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇO DE ENFERMAGEM, com postos de trabalho compostos por mão-de-obra residente nas dependências da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses.
PROCESSO Nº E-18/005/112/2017.

O Edital encontra-se disponível, nos endereços eletrônicos www.teatromunicipal.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br, e na Sala da Comissão de Pregão, localizada na Avenida Almirante Barroso, 14/16, 5º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, mediante a permuta por 01 (uma) resma de papel reprográfico, formato A4, 75g/m², medindo 210mm x 297 mm e da apresentação do carimbo contendo o CNPJ da empresa.

Id: 2105735

Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018 PARA UTILIZAÇÃO DO ESTÁDIO CÉLIO DE BARROS

O PRESIDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUDERJ convoca os interessados para apresentarem proposta para realização de eventos temporários de até 06 (seis) meses no interior do estádio Célio de Barros, localizado na Rua Eurico Rabelo, s/n, Maracanã, Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias. Demais informações poderão ser retiradas pessoalmente na sede da autarquia, localizada na av. Presidente Vargas, nº 409, 22º andar, centro - Rio de Janeiro, RJ. Esclarece-se ainda, que há proposta para utilização do imóvel acima, para realização de evento de entretenimento e gastronômico durante 5 (cinco) meses pelo valor de R\$ 200,00,00 (duzentos mil reais).

Id: 2105591